

## **ENSINO DE LEITURA NA ESCOLA MODELO BARÃO DE MELGAÇO, EM CUIABÁ-MT (1910-1930)**

Lázara Nanci de Barros Amâncio - UFMT  
nancib@terra.com.br

### **Introdução**

Conhecer aspectos de uma história do ensino de leitura na Escola Modelo, em Cuiabá-MT, nas primeiras décadas do Século XX, implica também em conhecer as condições que presidiram a institucionalização do modelo escolar implantado nesse estado. Assim, o objetivo de contribuir para a constituição de uma história da alfabetização em Mato Grosso, remete-nos à necessidade de uma recuperação, ainda que breve, de aspectos organizacionais, pedagógicos e administrativos de uma instituição que, fundada no início do século XX, em 1910, avança para completar, brevemente, seu primeiro centenário – a Escola Modelo Barão de Melgaço. Originalmente essa instituição recebeu a denominação de Grupo Escolar do 1º. Districto e, atualmente, tem o nome de Escola Estadual de Ensino Fundamental Barão de Melgaço.

Essa Escola Modelo, cuja criação fundamentou-se nos pressupostos republicanos que almejavam uma escola de acordo com os padrões modernos acompanhando os princípios filosóficos que circulavam em outros estados da federação – especialmente no estado de São Paulo – tinha o objetivo de servir de campo de aplicação para os estudantes do Curso Normal, como todas as escolas desse tipo, que se tornaram comum no início da primeira república brasileira.

O período aqui delimitado contempla dois marcos importantes para a história da educação mato-grossense; em 1910, a reforma da instrução pública levada a efeito por professores paulistas, instala e implementa os primeiros grupos escolares – criados oficialmente pelo presidente Pedro Celestino em 1908, pela Lei 508/1908 – e, na década de 1930, na verdade um pouco antes, 1927, no caso específico de Mato Grosso, tem-se uma nova reforma da educação também empreendida por um professor paulista, agora sob os princípios escolanovistas que começavam a se espalhar pelas escolas brasileiras.

As principais fontes documentais consultadas foram regulamentos da instrução pública, relatórios de diretores da instrução pública e da Escola Normal e Modelo, livros de almoxarifado de entrada e saída de material escolar e de atas das escolas mato-grossenses. Os procedimentos adotados foram os que usualmente se recorre nas pesquisas de abordagem histórica: levantamento, reunião, organização, seleção e análise de fontes documentais pertinentes à temática.

Para discutir o assunto proposto dividirei este trabalho em três partes, sendo que na primeira é a Introdução; na segunda são apresentados alguns dados referentes à implantação das Escolas Normal e Modelo no bojo da reforma da

instrução pública de 1910, procurando evidenciar aspectos organizacionais, administrativos e pedagógicos inseridos na função determinada para essa instituição; e na terceira apresentarei elementos relacionados ao ensino da leitura e da escrita previstos nos regulamentos da instrução pública e no Programa de Ensino da Escola Modelo em 1924 e, finalmente, apresentarei algumas considerações finais.

### **Escola Modelo e Escola Normal (anexas): exemplo de modernidade**

A política educacional da República recorreu aos princípios do paradigma americano consubstanciado na difusão do método intuitivo de ensino para reorganizar e renovar a educação no país, defendendo ainda a democracia, a liberdade de pensamento e o ensino laico. Em Mato Grosso, o desejo de administradores do serviço público em equiparar a educação mato-grossense aos moldes do que se fazia no estado de São Paulo<sup>1</sup>, considerado próspero em todos os âmbitos, especialmente no que se referia à instrução pública, imprimiu à reorganização do ensino um caráter peculiar, em função da apropriação que os educadores mato-grossenses certamente fizeram das propostas “vindas de fora”.

Para Chartier (1990) as práticas de apropriação sempre criam usos ou representações acompanhadas de reformulações e reinterpretações que as transformam, sendo que a construção de *representações*, de acordo com seus postulados são construídas na apreensão do mundo, pelas percepções do social. Não são discursos neutros e constituem-se em “estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (Chartier, 1990, p.17).

No embate social, para se compreenderem os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor a sua concepção do mundo social e seus valores, as lutas de representações têm tanta importância quanto as lutas econômicas. (Chartier, 1990, p.17). Vale lembrar que os reformadores enviados a Mato Grosso já tinham, há uma década, reformado o ensino paulista, transformando-se em fiéis “multiplicadores” dos ideais positivistas como fez Silva Jardim e outros professores durante o fenômeno que se convencionou chamar de Missão dos Professores Paulistas (Monarcha, 2000; Silveira, 1917).

Procurando obedecer o Regulamento da Instrução Pública, mandado observar pelo Decreto n. 265, de 22/10/1910, foram criados em Cuiabá, no ano de 1910, dois grupos escolares; o Grupo Escolar do 1º. Distrito e o Grupo Escolar do 2º. Distrito. Nesse mesmo ano (re) criou-se também a Escola Normal que exigia para seu funcionamento a existência de uma Escola Modelo e um Jardim de

---

<sup>1</sup> É comum encontrar-se menção desse anseio nas mensagens de presidentes desde a primeira década do século XX até o ano de 1942, pelo menos. É o caso, por exemplo, das mensagens de Pedro Celestino dos anos que antecedem a reorganização do ensino. E, ainda, de notas em jornais da época como o Debate e outros.

Infância<sup>2</sup>, ambas anexas à Escola Normal. O grupo do 1º. distrito passa a ser a Escola Modelo anexa ao curso Normal<sup>3</sup>.

O fato de se ter duas escolas, a Normal e a Modelo, interligadas, sendo esta última considerada parte integrante da primeira e dirigida por um único diretor, levou a administração pública do ensino a oferecer, no nível das normatizações, orientações conjugadas. No Regulamento da Escola Normal, em 1914, por exemplo, encontramos um capítulo destinado aos institutos anexos, cuja preocupação são as funções da Escola Modelo e do Jardim da Infância:

Capítulo 12

Secção I

Da Escola Modelo

Art. 131 – Anexos a Escola Normal haverá um Grupo Escolar e um Jardim da Infância.

§ único – O Grupo Escolar será denominado Escola Modelo anexa à Normal e destinado a preparar preliminarmente crianças de ambos os sexos a pratica de alumnos do 3º. e do 4º. do Curso Normal, servindo de typo para todos os grupos escolares do estado.

[...]

Secção II

Do Jardim da Infância

Art. 133 – O Jardim da Infância é destinado a preparar , pela educação dos sentidos, segundo os processos Froelbelianos , alumnos de ambos os sexos que se destinem à Escola Modelo.

Aos alunos da Escola Modelo era facultada a matrícula na Escola Normal sem exame de suficiência prestado por todos os candidatos às vagas no Curso Normal, conforme Art.29, § único do Regulamento citado.

No regulamento que reestruturou o ensino em 1910 já estavam explicitas as regras de funcionamento e o programa dos grupos escolares. O ensino obrigatório para crianças de sete a dez anos de idade, gratuito e leigo deveria ser também pedagogicamente tratado:

(art. 12) “ tão intuitivo e prático quanto possível, devendo nelle o professor partir sempre em suas prelecções do conhecido para o desconhecido e do concreto para o abstracto, e abstando-se de outrossim de perturbar a intelligencia da criança com o estudo prematuro de regras e definições... esforçando-se para que os seus alumnos, sem se fatigarem, tomem interesse pelos assumptos.

Acabando de tomar posse<sup>4</sup> na sua função de primeiro diretor da Escola Normal e Grupo Escolar, Leowigildo M. Mello envia ao presidente do estado um

---

<sup>2</sup> Sobre o Jardim de Infância, idealizado para crianças de três a seis anos, com três anos de duração e quatro horas diárias de atividades, não foram localizados dados, permitindo a inferência de sua não implantação, pelo menos até meados do século XX.

<sup>3</sup> Interessante notar que já no Relatório de 1911, o Diretor da Escola Normal, usa a expressão “Escola Normal e Modelo anexa” , embora o título de Escola Modela seja legitimado somente em 1914, no Regulamento da Escola Normal, artigo 131, parágrafo único.

<sup>4</sup> Esse professor, juntamente com seu colega Gustavo Khulmann, chegou em Cuiabá em 10 de agosto de 1910.

ofício comunicando já ter em mãos normas de funcionamento provisório dessas instituições, como se pode observar:

n. 19

Cuyabá, 23 de setembro de 1910.

Cidadão Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa  
D.D. Presidente do Estado

Dando cumprimento à missão com que me distinguistes, tenho a honra de submeter ao vosso julgamento o projeto de regulamento para o curso da Escola Normal e um plano de um horário para as Escolas isoladas preliminares.

[...]meu trabalho é um apanhado geral do regulamento da Escola Normal de São Paulo, em parte modificado pelo que se processa nas “Normal Schools” norte americanas, incontestavelmente as próceres da educação profissional pedagógica, na formação do educador da infância.[...]Hoje que nenhuma voz abalisada não mais se levanta contra o methodo intuitivo, proclamando-se universalmente as suas reais, positivas vantagens, os cursos que se destinam a “fazer” profissionais para o magisterio devem ser moldados de tal modo que, realizando seus fins, formem verdadeiros educadores, profissionais “docentes”, e não encyclopedistas cheios de conhecimentos completamente inuteis para a escabrosa arte da educação. “Signum magistri est passe docere”-  
[...]Saude e fraternidade.

Leowigildo Martins de Mello (APMT- 1910: Lata B)

Não se trata apenas de informar normas de funcionamento, na verdade o diretor apresenta-se como um sujeito que demonstra conhecimento do que faz; aparentemente consciente e seguro de sua interpretação sobre seu fazer (aqui estou me lembrando do *fazer com*, de De Certeau) expõe e, de certo modo, impõe, às autoridades administrativas o domínio e as relações que mantém com um sistema complexo, repleto de conceitos provavelmente desconhecidos daqueles que normatizavam a educação mato-grossense naquele contexto. Com apenas um mês de trabalho, o professor já tem em mãos projetos de um curso e plano de horário; mostra o fundamento em que se ampara e defende um método de ensino – o intuitivo – visando com essa defesa convencer seu interlocutor de um *modo de fazer* eficiente. Seu objeto: verdadeiros educadores, profissionais “docentes”, que distingue de “encyclopedistas”.

Embora não seja possível desenvolver aqui as reflexões que suscitam as estratégias usadas pelo professor paulista na conquista de um espaço que vai ocupar e dominar por um certo período, acredito que vale ressaltar alguns aspectos da lógica (positivista) adotada na reestruturação do ensino primário, a partir das ações empreendidas por esse sujeito, representante legítimo do poder estatal, aparentemente com o total apoio da burocracia administrativa. Ainda que não se tenham efetivado as propostas apresentadas/enunciadas ou não se possa desvelar o que se concretizou de tudo quanto foi idealizado/tematizado/normatizado pelos reformadores. A Escola Normal deveria formar (bons) professores e isso era visto como resultado de uma trajetória que parecia fazer sentido, acompanhando-se as decisões político-pedagógicas. Vejamos: o Jardim da Infância, mediante o ensino

intuitivo, deveria preparar as crianças para a Escola Modelo que deveria preparar os alunos para a Escola Normal que deveria formar o cidadão republicano que transformaria a nação, imprimindo-lhe as características de uma sociedade moderna.

### Ensino de Leitura e escrita : da adesão à metodização

Não foi elaborado regimento próprio para os Grupos Escolares, na ocasião de sua implantação. Mas no Relatório da Escola Normal e Modelo anexa, em 1911, como se viu, o professor Leowigildo Martins de Mello esclarece que na ausência de um regimento e programa de ensino específico para os grupos escolares de Mato Grosso, apresentava uma versão embasada no Programa de Ensino do Estado de São Paulo, em 1905. O quadro a seguir evidencia uma proposta de metodologia de ensino já em uso em São Paulo e que deveria ser utilizada também em Mato Grosso:

Quadro 1 - Programma dos Grupos Escolares e Escola Modelo (Mato Grosso e São Paulo)

Programma dos Grupos Escolares e Escola Modelo			
1º. ano  Grupos Escolares E.Modelo MT-1911	Leitura Palavras – o que ellas representam e significam. Sentenças formadas com palavras estudadas. Formar, com cartões de letras, as palavras e sentenças lidas apropriadas à classe.	Linguagem Oral- Descrição de objectos communs, presentes e ausentes. Narração de factos instructivos e moraes, com reproducção socratica e completa da mesma. Recitação de maximas e poesias.	Escripta Copiar palavras e pequenas sentenças do quadro negro ou do livro. Dictado muito simples. Escrever sentenças com palavras dadas. Uso de letras maiúsculas.
Grupos Escolares E.Modelo SP-1905  1º.ano	Leitura Palavras – o que ellas representam e significam. Sentenças formadas com palavras estudadas. Formar, com cartões de letras, as palavras e sentenças lidas	Linguagem Oral-Descrição de objectos communs. Descrição de objectos presentes e ausentes. Narração de factos instructivos e moraes com reproducção socratica e completa da mesma. Recitação de maximas e poesias apropriadas à classe.	Escripta Copiar palavras e pequenas sentenças do quadro negro ou do livro de leitura. Dictado de palavras e sentenças facéis. Escrever sentenças com palavras dadas. Uso de letras maiúsculas.

Fonte: Relatório das Escolas Normal e Modelo anexa, de Mato Grosso (1911) / Programma para os Grupos Escolares e escolas-modelo do estado de São Paulo (1905)

O professor mostra-se eficiente buscando suprir uma necessidade com um ajuste aprovado de antemão por seus interlocutores. Copiava sim, uma proposta, mas cuja origem enaltecia seu procedimento. Apenas recorria ao modelo já admitido como o melhor, admirado e eficiente. Com relação ao ensino de língua materna não se percebe nenhuma diferença entre os dois programas que defendem o ensino analítico, a partir do estudo de palavras.

Esse método, intitulado “palavração” já se encontrava bastante tematizado entre os professores paulistas. Desde o final do século XIX, por volta de 1880, discutia-se em São Paulo as vantagens do método analítico sobre o método sintético que vigorou durante todo o período anterior. Mas essa polêmica ganha força a partir da reforma do ensino primário no final do século XIX que argumenta cientificidade, passando a difundir e defender, programaticamente, o método analítico<sup>5</sup> para o ensino de leitura no Brasil. Decorrente daí tem-se uma grande produção de cartilhas pelos professores paulistas. A difusão do método analítico para o ensino de leitura ganha adeptos, sendo adotado oficialmente pela Diretoria da Instrução Pública do estado de São Paulo, em 1909, durante a gestão do diretor Oscar Thompson.

Em Mato Grosso onde o discurso da modernidade recém se instalara buscando modernizar o ensino público, tornando-o mais científico e racional, os programas escolares influenciados pela propaganda empreendida a respeito do método analítico para o ensino de leitura, começam a adotar a metodologia produzida por professores paulistas.

A “adesão” ao método analítico se dá mediante a elaboração e difusão do *Programma dos Grupos Escolares*, na versão adaptada (leia-se: idêntica) do programa dos grupos escolares paulistas. A *Cartilha Analytica*, do professor paulista Arnaldo de Oliveira Barreto foi a primeira do gênero a marcar presença entre as cartilhas usadas em Mato Grosso. É mencionada pela primeira vez em livros do almoxarifado da Diretoria Geral da Instrução Pública de Mato Grosso, em 1912. Em maio desse ano, teriam sido enviados vários exemplares à Escola Normal do estado de Mato Grosso, que estava no seu segundo ano de funcionamento.

Os programas dos grupos escolares de Mato Grosso e de São Paulo e a presença da *Cartilha Analítica* e de outras cartilhas do gênero, como Meu Livro, de Theodoro de Moraes, permitem inferir que, especialmente no que concerne à metodização do ensino de leitura, a reorganização do ensino cumpria sua função de equiparar o ensino público primário de Mato Grosso ao de um dos estados “mais adiantados”, conforme desejo das autoridades escolares matogrossenses.

Mesmo com os esforços do professor paulista em “treinar” os professores de Mato Grosso, condenar a decoração e apresentar um *Programa de ensino para os grupos escolares e Escola Modelo*, sugerindo o método analítico para o ensino de leitura, parece que muitas dificuldades encontradas pelos normalistas permaneceram nos anos que se seguiram à reforma do ensino.

Com relação às medidas urgentes tomadas pelos normalistas sobre o ensino de leitura, Mello (1911) explica que:

Banidos do ensino todos os livros, exceto o de leitura, condenada para sempre a decoração, foi meu trabalho, neste lapso de tempo, orientar aos professores no modo de fazer suas explicações pela linguagem oral e aos alunos na maneira de melhor aproveitá-las (Mello, 1911, p. 5).

---

<sup>5</sup> Segundo Mortatti (2000) João Köpke teria sido o primeiro sistematizador do método analítico para o ensino de leitura no Brasil. Em conferência proferida em 1896 o professor João Köpke anunciou sua adesão às vantagens do método analítico que o teriam levado a desistir do uso dos métodos sintéticos.



Mesmo que a Escola Modelo tenha recebido uma assistência especial por parte da Escola Normal, provavelmente não tinha meios para divulgar suas metodologias aos professores do interior do Estado. E estes, certamente tiveram mais e maiores dificuldades com a reforma do ensino que se efetivava a partir de novos princípios pedagógicos, cuja apropriação dependia de uma formação/preparação mais adequada. Não há referências sobre o investimento na preparação dos professores de escolas isoladas, nem mesmo no período de implantação da reforma, fase em que os normalistas paulistas dedicaram-se à preparação dos professores dos grupos da capital.

Nos anos que se seguem à introdução do método analítico para o ensino de leitura são raras e esparsas as informações localizadas sobre a aplicação desse método em Mato Grosso. Nesse aspecto, especialmente nos primeiros cinco anos que se seguiram à adesão, adquiriram relevância as informações constantes em livros de almoxarifado que registram relações de cartilhas adquiridas e distribuídas pela Diretoria Geral da Instrução Pública às escolas matogrossenses. Em 1915 encontram-se dados mais consistentes sobre questões relacionadas à adoção do método analítico, mediante a análise de atas de reuniões do Conselho Superior da Instrução Pública que defendem o uso do método analítico, sugerindo a Cartilha Analítica de Arnaldo Barreto.

Os grupos escolares e com eles a Escola Modelo<sup>6</sup> somente terão oficialmente um Regimento em 1916. Neste Regimento reitera-se a orientação do ensino intuitivo<sup>7</sup> :

#### Capítulo II

Art.4: As lições sobre as matérias de qualquer dos annos do curso deverão, de accordo com o programma adoptado, ser mais práticas e concretas do que theóricas e abstractas, e encaminhadas de modo que as faculdades infantis sejam incitadas a um desenvolvimento gradual e harmônico.

§ único . Cumpre que o professor tenha em vista desenvolver a faculdade de observação e, pra isso, empregue os processos intuitivos.

Mesmo defendendo o uso do método analítico, nas relações de compras de material didático continuam a constar títulos que não têm afinidade com essa orientação, como é o caso de Cartilha Nacional, Cartilha das Mães e outras.

---

<sup>6</sup> Uma nota de rodapé na primeira página desse regimento explica que a Escola Modelo tinha, até 1913, dez classes de alunos, de 1º. a 4º. anos, assim distribuídas: 1º. ano A, 1º. ano B, 2º. ano, 3º. ano e 4º. ano. Atendia meninos e meninas separadamente. Em 1914, como os alunos da Escola Modelo se matriculavam na Escola Normal sem os famosos exames de proficiência e o 4º. ano Modelo era considerado insuficiente para preparar os alunos para o 1º. ano Normal, criou-se o 5º. ano Modelo. Para evitar maiores despesas foi extinto o 1º. ano B que passou a ser o 2º.ano, ajustando-se, conseqüentemente, os demais.

<sup>7</sup> Essa orientação já mencionada no Regulamento de 1896 é reforçada no Regulamento de 1910 e em outros documentos redigidos pelo normalista, diretor das novas escolas.

O *Programa da Escola Modelo Anexa a Normal*, de 1924 diferentemente do *Programa dos Grupos Escolares de Mato Grosso*, de 1910, que incluía poucas orientações sobre o ensino de leitura e que acompanhava como anexo o primeiro *Relatório da Escola Normal do estado de Mato Grosso e Modelo Anexa*, em 1911, é bastante explicativo no que tange aos procedimentos na aplicação do método de ensino de leitura no primeiro ano primário.

Leitura e linguagem oral

1º anno

Materia

a)- (Para todos os alunnos completamente analphabetos) Leituras no quadro negro até que sejam perfeitamente fixadas e promptamente reconhecidas muitas palavras, a maior parte das syllabas e algumas letras.

b)- Leitura da cartilha adoptada e reproducção oral socratica do trecho lido .

c)- Leitura do 1º livro adoptado e reproducção do trecho lido.

Como ensinar

A leitura será ensinada pelo methodo analytico-syntetico. Methodo analytico é aquelle em que se vae do todo para as partes; methodo syntetico é aquelle em que se vae das partes para o todo.

O methodo analytico-syntetico applicado ao ensino de leitura determina a observancia desta ordem:

a)- leitura de sentenças como vehiculo para fixação de palavras (analyse); combinação de palavras fixadas para formação de novas sentenças(syntese).

b)- leitura de palavras como vehiculo para fixação de syllabas (analyse); combinação de syllabas fixadas para a formação de novas palavras e sentenças (syntese).

c)- leitura de syllabas como vehiculo para fixação de letras (analyse); combinação de letras fixadas para formação de novas syllabas, palavras e sentenças (syntese). Depois de iniciadas, assim, as classes, ser-lhe-ão entregues as cartilhas.

A leitura se fará, então, alternadamente:

a) leitura no quadro negro, da lição da cartilha (com recapitulação summaria dos passos seguidos na phase inicial); b) leitura da mesma lição na cartilha.

Terminada a leitura da cartilha, serão entregues às classes os 1º livros.

A leitura do 1º livro requer ainda algumas lições no quadro negro, para o perfeito reconhecimento das palavras de mais difficil graphia ou de mais difficil pronuncia.

Resultado a alcançar

Reconhecimento prompto de quaesquer palavras, syllabas e letras; leitura corrente do 1º livro adoptado. (*Programa da Escola Modelo Anexa a Normal* -1924)

Nesse *Programa* fica determinada a utilização do método analítico-sintético<sup>8</sup> tal como explicitado, com foco na análise (decomposição de sentenças em palavras, de palavras em sílabas e de sílabas em letras) e na síntese (combinação de palavras em sentenças, de sílabas em palavras e de letras em sílabas).

Conforme propõe esse *Programa*, a matéria a ser ensinada “leituras no quadro negro” coloca uma ordem de prioridade: enfatiza a fixação e o reconhecimento de muitas palavras, grande parte de sílabas e algumas letras. A ênfase recai no estudo das palavras, “muitas palavras”, às quais deverá ser dado maior atenção. Embora o *Programa* se encarregue de explicitar o método na

---

<sup>8</sup> Não foi possível saber se o emprego desse método ficou restrito à Escola Modelo Anexa a Normal, ou se essa orientação disseminou-se pelas demais escolas do estado. Não se encontrou, nos relatórios dos diretores da instrução pública, registro de nenhuma situação que trouxesse indícios de problemas/polêmicas com métodos de ensino de leitura.



seqüência dessa exposição, já estão explícitos nessa primeira parte os princípios do método analítico-sintético.

De acordo com esse método o ponto de partida para o ensino de leitura deve ser os elementos considerados de maior significação – o “todo”, ou seja, sentenças e palavras – nunca as partes constituintes desta: as sílabas e as letras.

Tendo exposto a matéria a ser ensinada, o *Programma* se encarrega de explicar os procedimentos a serem adotados no ensino da leitura pelo método analítico-sintético. O professor deve partir sempre da leitura de sentenças no quadro-negro, visando o reconhecimento de palavras que, posteriormente se combinam para formar novas sentenças; vencida essa etapa, a leitura de palavras possibilitará o reconhecimento de sílabas que, combinadas, podem formar novas palavras; e, finalmente, partindo para a leitura de sílabas, visando ao reconhecimento de letras que se combinam para formarem novas sílabas. O exercício de leitura deveria, ainda, passar pelo binômio quadro-negro/cartilha.

A adoção do método analítico-sintético na única Escola Modelo matogrossense, pode ser entendida como a primeira medida institucional, tomada pela administração pública de Mato Grosso, relativamente a uma sistematização, a um detalhamento na explicitação de um método de ensino de leitura, visando a fornecer orientações em forma de passos a serem seguidos pelo professor. Esse *Programa*, bastante minucioso, parece ter sido, se não o único, um dos poucos instrumentos do gênero que teria, além da função de normatizar, a função de também orientar os professores na aplicação do método recomendado.

### **Considerações finais**

Embora não se tenha tido acesso a outras fontes que pudessem esclarecer questões que, provavelmente, foram discutidas nessa época, antes da (ou durante a) elaboração desse *Programa*, pode-se inferir que, dado que em Mato Grosso já se introduzira (em 1910) o uso do método analítico, conforme apontado em momento anterior, já havia, sem dúvida, uma prática construída e em construção sobre ensino de leitura, que deveria estar exigindo atenção e medidas de caráter, não apenas normatizador, mas especialmente de caráter pedagógico, no sentido de fornecer aos professores orientações detalhadas da aplicação de métodos de ensino de leitura. Certamente, não se pode também esquecer o sentido que um programa de ensino como esse teria, enquanto possibilidade de homogeneização das práticas escolares, ideal almejado por todos os administradores da instrução pública. Essas práticas escolares pareciam constituir-se mediante os impulsos das reformas e dos regulamentos do ensino público, muito abrangentes e pouco detalhistas com relação ao especificamente didático-pedagógico. De todo modo pode-se dizer que a Escola Modelo passou/vivenciou a introdução, a adesão e a adoção do método analítico para o ensino da leitura.

Três anos do *Programma da Escola Modelo*, as autoridades educacionais de Mato Grosso oficializam, em regulamento (o de 1927), a adoção do método analítico para o ensino da leitura nas escolas matogrossenses.

Não foi possível localizar informações e documentos que esclarecessem a função da Escola Modelo como *locus* do exercício das práticas docentes dos professorandos. Não se têm notícias de que os futuros professores aplicassem, nessa escola, os métodos de ensino estudados, como ocorria em São Paulo<sup>9</sup>, onde os professorandos podiam observar e experimentar a aplicação de métodos de ensino. Tudo nos leva a crer que, infelizmente, a Escola Modelo, embora tenha se tornado uma referência cultural mato-grossense importante, não cumpriu seu papel de *locus* de treinamento/ exercitação da prática docente.

## Referências Bibliográficas

- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 2ª ed. Trad. Ephraim F. Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria M. Galhardo. Lisboa: DIFEL. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990 Educacionais - INEP.
- MAGNANI, M.R.M. Sobre ensino da leitura. **Leitura: Teoria & Prática**. nº 25, pp. 29- 41, jun. 1995.
- Ensino de língua materna no Brasil: a questão dos métodos de alfabetização no estado de São Paulo - 1876-1994**. Pres. Prudente: FCT - UNESP, 1995 (Relatório de pesquisa)
- \_\_\_\_\_. Formação de professores: currículo como forma de representação de um projeto. **Idéias**, nº 26, p.161 - 173 . São Paulo: FDE, 1995
- \_\_\_\_\_. Testes ABC e a fundação de uma tradição: alfabetização sob medida. In: MONARCHA, Carlos. (org.) **Laurenço Filho: outros aspectos, mesma obra**. Campinas - SP: Mercado da Letras; UNESP, Campus de Marília, 1997
- MATTO-GROSSO. **Regimento Interno do Conselho Superior da Instrução Pública do estado**. 1903
- \_\_\_\_\_. **Regimento Interno dos Grupos Escolares** – 1916.
- \_\_\_\_\_. **Horário e Programa de Ensino de primeiro e segundo graus para as Escolas Isoladas do Estado** - 1916.
- \_\_\_\_\_. **Programa da Escola Modelo Anexa à Normal**-1924.
- \_\_\_\_\_. **Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Matto-Grosso** – 1910.
- \_\_\_\_\_. **Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado**. (Decreto 759 de 22.04.1927)
- \_\_\_\_\_. **Regulamento da Escola Normal do estado de Mato Grosso**- 1914
- MONARCHA, C. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. São Paulo: 1994.Tese de doutorado(Hist. e Filosofia da Educação). PUC-SP.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização (1876 a 1994)**. São Paulo: Editora UNESP: CONPED, 2000.
- SILVEIRA, C. Missões de professores paulistas. **Revista do Brasil**. nº. 18. jun. 1917, p. 240-4.

---

<sup>9</sup> Sobre as práticas da Escola Modelo do Carmo, Monarcha (1994) comenta que, além de cumprir seu papel de demonstração de procedimentos didáticos, de observação e prática de ensino, essa escola constituía-se ainda num “ponto de irradiação das técnicas fundamentadas no método intuitivo de ensino”(Monarcha, 1994, p.236). Em Cuiabá, conforme o depoimento (em 1997) da falecida professora aposentada, D. Maria Arruda Muller (falecida), formada em 1915, na Escola Normal do estado do Mato Grosso, não havia um período determinado em que os alunos deveriam assistir ou ministrar aulas na Escola Modelo anexa à Normal. Havia possibilidade sim, de uma pequena substituição, quando os professores faltavam por qualquer motivo.